



Simulado Especial

# TRT 15

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Especial TRT-15 (Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-15**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bDHpuDARE3FRT9ir6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Wk49>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***CIBERCONDRIA e ansiedade**

Atualmente, é difícil imaginar a extinção das redes sociais da nossa prática diária de comunicação, modelo praticamente impossível de ser retrocedido. A world wide web remodelou também os antigos padrões de relacionamento, seja através das redes sociais, dos fóruns ou dos programas de interação em tempo real. Não apenas essas modificações foram provocadas pelo avanço da cibercultura, o acesso à saúde também foi reformulado para novos padrões. Atualmente, é possível, por exemplo, verificar resultados de exames de sangue no endereço eletrônico do laboratório, acessar endereços eletrônicos sobre saúde mental e planos de saúde sem sair de casa. Facilidades estas que são consideradas de uso contínuo para as próximas décadas, ou seja, cada vez mais os recursos tecnológicos serão utilizados para esses e outros fins. A era da cibernética é real.

Apesar dos diversos benefícios da internet para a saúde humana, outra manifestação psicopatológica (vinculada ao campo eletrônico) vem sendo discutida, além do transtorno do jogo pela internet e das dependências de internet, de sexo virtual e de celular: a cibercondria. O nome é um neologismo formado a partir dos termos ciber e hipocondria. A hipocondria refere-se, de forma sucinta, a uma busca constante de reassuramentos por informações sobre possíveis adoecimentos orgânicos, dúvidas essas que raramente cessam quando o sujeito encontra a possível resposta às suas indagações. E como pensar nesse fenômeno com a proliferação das buscas em relação à saúde na internet?

A procura de informações sobre sintomas e doenças na internet é comum e, muitas vezes, serve a propósitos úteis. De acordo com Aiken e Kirwan (2012), a internet é um valioso recurso na busca de informações médicas e continuará sendo por muitos anos. Porém, a web possui, em paralelo, um poder potencial de aumentar a ansiedade dos sujeitos sem treinamento médico, no momento em que estejam buscando diagnósticos em websites. Dessa forma, contemporaneamente, pessoas que são excessivamente angustiadas ou muito preocupadas com a sua saúde realizam pesquisas

constantes na internet. Porém, apenas se tornam mais ansiosas ou amedrontadas. Pense por um momento e, em sua reflexão, responda a si se nunca fez uma busca na internet após receber seu exame de sangue ou surgir uma mancha em alguma região do seu corpo. Esse tipo de comportamento é bem frequente, mas apenas uma minoria apresenta uma manifestação patológica (cibercondríaca) desse funcionamento.

Fergus (2013) realizou um estudo com 512 participantes nos Estados Unidos; a média de idade foi de 33,4 anos, sendo 55,3% do sexo feminino. O objetivo do trabalho foi verificar o efeito da intolerância à incerteza na relação entre a frequência de buscas por informações médicas na web e a ansiedade com a saúde. Para essa pesquisa, foram aplicados os seguintes instrumentos: a Intolerance of Uncertainty Scale - 12 Item Version (IUS-12), a Short Health Anxiety Inventory (SHAI) e a Positive and Negative Affect Schedule (PANAS). Além disso, foram considerados outros dois pontos: a relação entre a ansiedade com a saúde como um resultado de buscas por informações médicas na internet e a frequência com que esse usuário busca por esse serviço.

De acordo com o autor, é comum que as pessoas encontrem e busquem esse tipo de informação na internet. Entretanto, são desconhecidos os motivos que levam uma parcela da população a desenvolver a cibercondria. O estudo em questão, então, seria uma forma de preencher essa lacuna na literatura científica. A pesquisa demonstrou que, quanto maior o nível de intolerância à incerteza, maior a chance de o indivíduo experimentar a cibercondria. Essa ansiedade pode se tornar ainda maior devido ao fato de a internet oferecer diversas informações para o mesmo problema, confundindo o usuário na identificação do seu problema sintomatológico. Além disso, nem todos os usuários são habilidosos em encontrar endereços eletrônicos confiáveis.

Dessa forma, cogite, por um momento, se tantas informações disponíveis na internet são fontes de relaxamento após a sua visita ao endereço eletrônico ou se esse ato gera ainda mais ansiedade. É comum, por exemplo, pacientes chegarem ao consultório de Psicologia com diagnósticos já estabelecidos por buscas que fizeram na internet. Resultado: muitas vezes, a informação é incorreta ou mal interpretada. Nunca deixe o profissional da saúde em segundo plano, priorize-o na busca por informações sobre o seu corpo.

**01.** Em sua essência, o texto tem como finalidade:

- a) apontar críticas às pessoas sem formação médica que recorrem à internet e às redes sociais para obter informações sobre sua saúde.
- b) esclarecer os potenciais efeitos da cibercultura na formação de transtornos psicológicos em indivíduos sem formação médica.
- c) defender a ideia de que é indispensável usar as redes sociais com moderação.
- d) expor dados científicos sobre saúde mental e os novos transtornos sociais.
- e) apresentar alternativas que exploram apenas os impactos positivos das redes sociais na saúde mental

**02.** Atualmente, é difícil imaginar a extinção das redes sociais da nossa prática diária de comunicação.

Assinale a opção em que o termo destacado exerça a mesma função sintática que a oração sublinhada acima.

- a) A cibercondria é um reflexo moderno da busca incessante por respostas imediatas sobre a saúde.
- b) A ansiedade gerada pelas buscas online sobre sintomas é um paradoxo.
- c) O excesso de informações médicas na internet pode transformar a curiosidade saudável em um ciclo vicioso de medo e insegurança.
- d) Sem orientação profissional, navegar por diagnósticos online é como caminhar em um labirinto onde as saídas podem ser enganosas.
- e) A prática de priorizar buscas na internet sobre a saúde em detrimento de consultas médicas reforça a urgência de educar sobre o uso consciente da tecnologia.

**03.** Quanto à concordância verbal, assinale a única alternativa correta.

- a) A cibercondria exemplifica como o excesso de informação, sem filtro adequado, podem se transformar em desinformação emocionalmente prejudicial.
- b) A busca por diagnósticos na internet pode aliviar uma dúvida momentânea, mas frequentemente amplifica temores infundados.
- c) A facilidade de acesso a informações médicas exigem o desenvolvimento de um senso crítico para evitar interpretações equivocadas.
- d) A ansiedade provocada por pesquisas sobre saúde online revelam a necessidade de equilíbrio entre tecnologia e orientação profissional.
- e) Confiar cegamente em resultados encontrados são um risco que reforça a importância da validação médica nas questões de saúde.

**04.** O texto se caracteriza pela tipologia:

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva
- d) injuntiva
- e) narrativa

**05.** Quanto à pontuação, assinale a alternativa que esteja totalmente correta.

- a) A dependência excessiva da internet para diagnósticos reflete uma sociedade que, valoriza a rapidez da informação, mas negligencia a profundidade e a confiabilidade dos dados.
- b) A cibercondria não é apenas um reflexo da ansiedade individual, mas também, uma consequência da falta de regulamentação e educação para o consumo crítico de informações de saúde online.
- c) A crença equivocada, de que a internet pode substituir profissionais da saúde expõe uma falha no sistema de acessibilidade médica e na educação sobre saúde pública.
- d) A superexposição a conteúdos médicos online, muitas vezes sensacionalistas, transforma a busca por respostas em um gatilho para novas inquietações emocionais.
- e) O fenômeno da cibercondria é um alerta para os limites éticos e psicológicos da era digital, que prioriza o volume de informações em detrimento, da qualidade e segurança dos usuários.

**06.** O conectivo destacado no trecho 'Entretanto, são desconhecidos os motivos que levam uma parcela da população a desenvolver a cibercondria' somente não poderia ser substituído por:

- a) Não obstante
- b) No entretanto
- c) Porém
- d) Entretanto
- e) Contudo

**07.** Assinale a opção em que o termo destacado esteja bem empregado

- a) A cibercondria, **de que** é um transtorno associado ao uso excessivo da internet para diagnósticos, tem aumentado com a proliferação de informações online.
- b) As buscas na internet, **cujo o** objetivo é encontrar respostas rápidas, muitas vezes resultam em mais ansiedade para o indivíduo.
- c) Os sites confiáveis, **os quais** as informações sobre saúde são verificadas, deveriam ser priorizados pelos usuários.
- d) O fenômeno da cibercondria, **no qual** desafia profissionais da saúde, demanda maior conscientização sobre o uso da tecnologia.
- e) As informações imprecisas, **as quais** frequentemente circulam na web, podem levar a interpretações equivocadas sobre doenças.

**08.** No período a seguir 'A pesquisa demonstrou que, quanto maior o nível de intolerância à incerteza, maior a chance de o indivíduo experimentar a cibercondria', há:

- a) Uma oração subordinada adjetiva restritiva e uma oração subordinada adverbial condicional.
- b) Uma oração subordinada adjetiva explicativa e uma oração subordinada adverbial proporcional.
- c) Uma oração subordinada substantiva e uma oração subordinada adverbial causal.
- d) Uma oração subordinada substantiva e uma oração subordinada adverbial proporcional.
- e) Uma oração subordinada substantiva e uma oração subordinada adverbial temporal.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO***Eduardo Mocellin*

09. A sequência a seguir obedece a determinada lei de formação:

7, 8, 10, 10, 13, 12, 16, 14, ...

A soma do décimo primeiro termo com o décimo segundo é:

- a) 36
- b) 38
- c) 40
- d) 42
- e) 44

10. Considere verdadeira a seguinte afirmação: "Todos os gatos não são felinos".

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

I. Se Miau não é felino, então é gato.

II. Se Miau não é gato, então é felino.

III. Se Miau é felino, então não é gato.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, F.

11. Em um lago há peixes azuis e vermelhos, dos quais 80% são azuis e 20% são vermelhos. Uma proliferação inesperada de algas acabou por matar diversos peixes azuis, mas nenhum vermelho. Após o controle da praga, verificou-se que 60% dos peixes vivos eram azuis. O percentual de peixes azuis que morreram, com relação ao número original de peixes azuis, foi:

- a) 20%
- b) 25%

- c) 37,5%
- d) 62,5%
- e) 75%

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA***Géssica Ehle*

12. Sobre os direitos das pessoas com deficiências em face da Lei Brasileira de Inclusão, é correto afirmar que:

- a) Toda pessoa com deficiência é reconhecida como sujeito de direitos e tem autonomia para decidir sobre sua vida, sendo facultado que opte pela tomada de decisão apoiada diante de situação incapacitante.
- b) Pessoas com deficiência são aquelas que apresentam limitações físicas, intelectuais ou cognitivas que, em conjunto com barreiras sociais, impedem sua plena participação na sociedade.
- c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que toda pessoa com deficiência poderá, por exemplo, adotar criança ou adolescente, quando representadas por curador previamente constituído.
- d) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado estão dispensadas da obrigação de garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

- 13.** Sobre o disposto pela Lei n. 8.160/1991, que dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva, não se pode afirmar que:
- a) O símbolo internacional de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva é uma orelha com uma faixa diagonal.
  - b) A Lei nº 8.160/1991 estabelece que o símbolo internacional de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva deve ser colocado em locais de acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência auditiva.
  - c) O símbolo internacional de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva não pode ser modificado ou ter adições.
  - d) A sua utilização deve ser restrita à identificação de locais ou serviços habilitados para pessoas com deficiência auditiva.
  - e) A utilização do símbolo internacional de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva em veículos é obrigatória, uma vez que servirá para alertar os demais condutores sobre a presença de uma pessoa com deficiência auditiva ao volante.

### **CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT15**

*Emerson Bruno*

- 14.** Com base nas disposições sobre a observância do Código de Ética pelos servidores, assinale a alternativa CORRETA:
- a) os servidores não precisam se preocupar com ilícitos penais, civis ou improbidade administrativa, desde que cumpram o Código de Ética.
  - b) Estagiários, prestadores de serviços e terceirizados que atuam diretamente ou indiretamente no TRT estão isentos de seguir o Código de Ética.
  - c) A assinatura do termo de posse implica que o servidor se compromete formalmente a seguir as disposições do Código de Ética.

- d) O servidor não precisa ser cientificado sobre o Código de Ética no momento de seu ingresso no serviço público.
- e) O descumprimento do Código de Ética pelos servidores não resulta em sanção, sendo apenas uma recomendação de conduta.

**15.** Com base nos objetivos do Código de Ética, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O primeiro objetivo do Código de Ética é garantir que todos os servidores atuem de acordo com os valores subjetivos de cada um, sem levar em conta os valores objetivos da instituição.
- b) O segundo objetivo do Código de Ética é transformar os valores institucionais em atitudes e práticas organizacionais, com foco na excelência da prestação de serviços da justiça especializada.
- c) O terceiro objetivo do Código de Ética é promover a discriminação religiosa, alinhando as atitudes dos servidores aos valores subjetivos de cada um.
- d) O Código de Ética tem natureza exaustiva, ou seja, cobre todas as situações que podem ocorrer no ambiente institucional, não deixando margem para casos omissos.
- e) O Código de Ética limita-se a estabelecer normas de conduta apenas para situações previstas em lei, sem abordar princípios éticos ou morais.

### **REGIMENTO INTERNO DO TRT15**

*Emerson Bruno*

- 16.** De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, são órgãos do Tribunal, EXCETO:
- a) o Tribunal Pleno;
  - b) as Turmas e respectivas Câmaras;
  - c) a Escola Judicial;
  - d) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
  - e) a Ouvidoria.

17. Com base nas informações sobre a organização dos órgãos do Tribunal constantes do Regimento Interno, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Tribunal Pleno é composto apenas pelo presidente, vice-presidente administrativo e vice-presidente judicial.
- b) O Órgão Especial é composto por 25 integrantes, sendo 12 desembargadores mais antigos e 12 desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno.
- c) Os(As) Desembargadores(as) candidatos(as) à eleição deverão manifestar, por escrito, a sua candidatura no prazo de até 30 (dez) dias antes da data da eleição.
- d) O mandato será de 4 (quatro) anos, coincidente com o exercício dos cargos de direção do Tribunal, sendo permitida apenas uma recondução para os membros eleitos, salvo se não houver candidatos(as) inscritos(as) em quantidade suficiente.
- e) Os pedidos de permuta deverão ser comunicados aos(às) demais Desembargadores(as) para que, no prazo de 5 (dez) dias, possam exercer seu direito de oposição, com fundamento na antiguidade.

## **NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

*Stefan Fantin*

18. O fragmento a seguir foi extraído do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP):

“Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do TRT da 15ª Região.
- b) a missão do TRT da 15ª Região.
- c) o negócio do TRT da 15ª Região.
- d) a estratégia do TRT da 15ª Região.
- e) os valores do TRT da 15ª Região.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

*Emanuelle Gouveia*

19. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

- a) Windows Defender
- b) Limpeza de Disco.
- c) Assistente de Foco.
- d) Cortana
- e) Vídeo

20. Ataque que realiza o sequestro dos dados. Ao invadir uma máquina os dados do usuário são criptografados e é solicitado um resgate para a sua liberação. Essa situação descreve um ataque de:

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.
- e) Cookie.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

**21.** Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) bonapartista e flexível.

**22.** Lei do Município de Beta dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, prestado diretamente, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Estado em que está localizado Alfa pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça.

**23.** O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

**24.** Carlos foi preso em flagrante por um crime de pequeno potencial ofensivo. No momento da prisão, a autoridade policial negou-lhe o direito de comunicar o fato à sua família e de acessar um advogado, alegando que ele deveria permanecer incomunicável até o fim da investigação para evitar que atrapalhasse a coleta de provas. Diante dessa situação, Carlos entrou com uma ação judicial alegando a violação de seus direitos fundamentais.

Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A autoridade policial agiu corretamente ao impedir a comunicação de Carlos, pois o interesse da investigação justifica a restrição temporária ao direito de comunicação do preso.
- b) Carlos tem o direito de permanecer incomunicável durante o período de investigação, desde que não ultrapasse 48 horas, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal assegura a todos os presos o direito à comunicação com seus familiares e advogados, sendo vedada a incomunicabilidade em qualquer circunstância.
- d) A autoridade policial pode manter Carlos incomunicável durante as primeiras 24 horas da prisão, se isso for necessário para a preservação da investigação criminal.
- e) A comunicação com familiares pode ser negada pela autoridade policial, mas o direito de acesso a um advogado deve ser sempre garantido.

**25.** Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e

na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.

- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

**26.** O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

**27.** As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Herbert Almeida*

**28.** No âmbito do Processo Administrativo na Administração Pública federal, conforme disposto na Lei nº 9.784/1999, a decisão coordenada:

- a) pode ser utilizada em qualquer processo administrativo, independentemente da matéria ou do objeto, desde que haja participação de três ou mais órgãos ou entidades.
- b) caracteriza-se como uma instância compartilhada que busca simplificar o processo administrativo e excluir a responsabilidade originária de cada órgão envolvido.
- c) é aplicada exclusivamente em processos administrativos de licitação, desde que exista relevância da matéria e discordância que prejudique a celeridade do processo.

d) basta que haja relevância da matéria para sua utilização, e desde que observados os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

e) não se aplica aos processos administrativos em que haja participação de autoridades de Poderes distintos ou em que o poder sancionador seja exercido.

**29.** De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a caracterização de ato de improbidade administrativa que gera enriquecimento ilícito exige, para a aplicação de penalidades como suspensão de direitos políticos e perda da função pública, que o agente público tenha:

- a) praticado ação ou omissão, dolosa ou culposa, que tenha ensejado incremento patrimonial incompatível com seus rendimentos de servidor público efetivo, comissionado ou de empregado público temporário ou permanente.
- b) agido, ao menos, culposamente, para, por meio do vínculo funcional na organização do Estado, auferir acréscimo patrimonial indevido.
- c) auferido vantagem patrimonial indevida, com dolo específico, em razão do cargo, função ou outro vínculo que detenha na organização do Estado.
- d) adotado conduta que tenha gerado acréscimo patrimonial indevido, aplicando-se as sanções por improbidade apenas aos agentes que exercem cargo de provimento efetivo.
- e) recebido vantagem econômica e causado prejuízo ao erário, agindo com dolo específico, uma vez que o dano ao patrimônio público é requisito para a configuração de improbidade.

**30.** Durante um processo de licitação conduzido por um município, o interessado João da Silva teve seu pedido de pré-qualificação indeferido pelos responsáveis, sob a justificativa de que os documentos apresentados estavam incompletos. Inconformado, João deseja contestar a decisão. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), João poderá:

- a) interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do edital, pois o indeferimento de pré-qualificação está sujeito a recurso com base no princípio da publicidade.
- b) Apresentar pedido de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do resultado do indeferimento, já que o recurso hierárquico não é aplicável a atos administrativos desse tipo.
- c) Interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou lavratura da ata, em face do ato que indeferiu o pedido de pré-qualificação.
- d) Apresentar reclamação ao superior hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para reanálise do pedido de pré-qualificação, pois a decisão foi emitida por órgão colegiado.
- e) Interpor recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da intimação, pois o indeferimento de pedido de pré-qualificação se submete a prazos gerais previstos em lei.

**31.** Considere que determinado órgão do Judiciário Federal precise contratar serviços de vigilância para diversos prédios públicos. Os serviços serão remunerados por postos de trabalho, com variações de demanda ao longo do contrato, dependendo das inaugurações ou mudanças de funcionamento nos locais atendidos. Além disso, o órgão considera que a contratação desses serviços deve atender a diferentes unidades da Justiça Federal, como os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais Regionais Federais.

Com base no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), a adoção desse sistema é:

- a) inadequada, porque o SRP não pode ser utilizado para contratações de serviços que envolvam postos de trabalho, devendo ser realizadas licitações individuais por órgão contratante.
- b) adequada, pois os serviços de vigilância remunerados por postos de trabalho atendem às condições previstas na legislação para contratações por SRP, sendo possível centralizar as demandas de diferentes unidades administrativas.
- c) inadequada, pois o SRP não permite contratações que envolvam a descentralização de atendimento, como no caso de múltiplos prédios públicos.
- d) adequada, desde que a quantidade de postos de trabalho a serem contratados seja previamente definida no edital de licitação.
- e) inadequada, pois serviços remunerados por unidade de medida não são permitidos no âmbito do SRP.

**32.** Suponha que determinado ente estatal, buscando melhorar os serviços de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social, firmou um termo de parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O objetivo da parceria é implementar programas de capacitação profissional e distribuição de alimentos. Acerca das entidades paraestatais e das OSCIP, assinale a opção correta:

- a) as OSCIP formalizam parceria com o poder público através de termo de parceria, após qualificação formalizada em decisão vinculada.
- b) uma entidade privada que pretenda se qualificar como organização social deve apenas comprovar o preenchimento dos requisitos, tendo em vista que o ato de qualificação é vinculado.
- c) as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP – podem ser contratadas pelo poder público independentemente da realização de licitação, uma vez que há previsão expressa para esse tipo de dispensa de procedimento licitatório.
- d) as organizações sociais firmam termo de parceria com o poder público e não podem ter sido constituídas com finalidade lucrativa.
- e) nas OSCIP, servidores públicos não podem integrar o conselho ou diretoria da entidade.

**33.** Os serviços públicos podem ser prestados sob as formas de concessão comum, conforme previsto na Lei nº 8.987/95, e sob a forma de concessão administrativa ou patrocinada, reguladas pela Lei nº 11.079/2004. Essas modalidades possuem pontos semelhantes e pontos que as distinguem, como seria o fato de que

- a) tanto na concessão comum quanto na administrativa e patrocinada, é possível a cobrança de tarifas dos usuários.
- b) o parceiro privado pode promover diretamente as desapropriações, ao contrário do que ocorre com as concessões comuns.
- c) tanto nos contratos de parcerias público-privadas quanto nos de concessões comuns é possível a

previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, podendo o poder público fazer a contraprestação pecuniária na concessão comum.

- d) tanto na concessão comum como nas concessões administrativa e patrocinada a delegação do serviço poderá ser precedida de obra pública.
- e) em todas as modalidades há a transferência da titularidade da prestação do serviço, desde que seja prestado sob regime de direito público.

**34.** Em 12/1/2025, um jornalista solicitou ao Ministério da Defesa acesso a documentos classificados sobre a estratégia de defesa nacional em situação de guerra, produzidos em 2/1/2000. O órgão informou que os documentos estavam classificados como "ultrassecretos" em razão de sua imprescindibilidade à segurança do Estado. No entanto, o jornalista argumenta que o prazo de sigilo já expirou e, portanto, os documentos deveriam estar disponíveis ao público. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o órgão público deverá:

- a) negar o acesso aos documentos, pois informações classificadas como ultrassecretas permanecem sigilosas indefinidamente.
- b) conceder acesso aos documentos imediatamente, porque o prazo máximo de classificação de informações ultrassecretas é de 15 anos, contados da produção da informação.
- c) analisar se o interesse público justifica a manutenção da restrição de acesso, mesmo após o prazo de 100 anos estabelecido para informações ultrassecretas.
- d) negar o acesso aos documentos, uma vez que poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra após o transcurso do prazo máximo de classificação.
- e) conceder acesso aos documentos, porque o prazo máximo de classificação de informações ultrassecretas é de 25 anos, contados da produção da informação, e esse período já foi ultrapassado.

**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**35.** Com relação às fundações, assinale a alternativa correta.

- a) Dentre os fins das fundações, incluem-se os de fomento às atividades esportivas.
- b) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados à fazenda pública municipal.
- c) Se a fundação estender sua atividade por mais de um Estado, sua fiscalização caberá ao Ministério Público Federal.
- d) Para alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por 2/3 dos competentes para gerir e representar a fundação.
- e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, o juiz, de ofício, ou a requerimento de qualquer interessado, ou do Ministério Público, lhe promoverá a extinção.

**36.** Com relação à invalidade do negócio jurídico, pode-se afirmar que é nulo o negócio jurídico:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz, bem como o praticado em fraude contra credores.
- b) quando o motivo determinante, pessoal a uma das partes, for ilícito.
- c) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- d) viciado por coação ou estado de perigo.
- e) quando a lei proibir-lhe a prática, com ou sem cominação de sanção.

**37.** Com relação ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) Ocorre imputação do pagamento quando o credor consente em receber prestação diversa da que era devida.
- c) Tem-se a confusão quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, extinguindo-se as obrigações, até onde se confundirem.
- d) A compensação se refere à extinção da obrigação quando na mesma pessoa se confundem as qualidades de credor e devedor.
- e) A remissão corresponde ao perdão da dívida, que uma vez aceito pelo devedor, extingue a obrigação.

**38.** Com relação à extinção dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) O distrato pode ser verbal, ainda que o contrato exija forma escrita.
- b) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito.
- c) A parte lesada pelo inadimplemento pode optar pela resolução do contrato ou pela indenização por perdas e danos.
- d) A exceção do contrato não cumprido aplica-se aos contratos unilaterais.
- e) A resolução por onerosidade excessiva pode ser pleiteada nos contratos de execução imediata ou continuada.

- 39.** Com relação ao regime de bens, assinale a alternativa correta.
- a) O regime de bens começa a vigorar desde a formalização do pacto antenupcial.
  - b) É obrigatório o regime da separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.
  - c) Tratando-se da alienação de bem imóvel, a falta de autorização do cônjuge, quando necessária, tornará anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge pleitear-lhe a anulação até 2 anos, a contar da prática do ato.
  - d) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e anulável se não lhe seguir o casamento.
  - e) No regime da comunhão parcial, excluem-se da comunhão os bens adquiridos por fato eventual.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

- 40.** No curso de uma execução de título extrajudicial que há muitos anos se arrasta, as partes acordaram que o exequente concederia o prazo de 15 meses em prestações mensais subseqüentes para cumprimento voluntário da obrigação. Nessa situação, o juiz
- a) Deverá extinguir a execução pela superveniente falta de interesse de agir.
  - b) Deverá homologar o acordo e extinguir o feito com resolução do mérito.
  - c) Deverá indeferir o parcelamento, em virtude da falta de previsão legal.
  - d) Declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação.
  - e) Deverá alterar o acordo para permitir o parcelamento tão somente em 6 (seis) parcelas.

- 41.** Em determinada ação que tramita pelo procedimento comum, o réu foi devidamente citado, mas deixou transcorrer o prazo legal para apresentação de contestação e reconvenção, tendo sido declarada a sua revelia. Considerando que o réu revel não possui advogado nos autos, os prazos contra ele:
- a) Deverão ser contados em dobro.
  - b) Fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
  - c) Serão contados a partir da assinatura das decisões judiciais.
  - d) Fluirão tão somente da data em que restar comprovada a sua cientificação.
  - e) Fluirão da data da sua intimação pessoal, que é o meio apto para a comunicação dos atos processuais em desfavor do réu revel.

- 42.** Antônio ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor da Universidade X, sendo que o juiz competente leciona na referida instituição de ensino. Ao verificar a inicial, o juízo também percebeu que era inimigo do advogado da parte autora. O vínculo com a Universidade X e a inimizade com o advogado da parte configuram, respectivamente:
- a) Suspeição e suspeição.
  - b) Impedimento e impedimento.
  - c) Impedimento e suspeição.
  - d) Suspeição e impedimento.
  - e) Nenhuma das respostas anteriores.

43. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da denunciação da lide,

- a) Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- b) Não se admite que o direito regressivo seja exercido por ação autônoma, de modo que a denunciação da lide é obrigatória, sob pena de preclusão.
- c) Primeiramente deve ser julgada a denunciação da lide e posteriormente a ação principal, no caso de denunciante ser vencido.
- d) Não se admite denunciação sucessiva.
- e) Procedente o pedido da ação principal, não pode o autor requerer o cumprimento de sentença também contra o denunciado, ainda que nos limites da condenação deste na ação regressiva.

44. O Código de Processo Civil estabelece que incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar algumas matérias preliminares. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela matéria que não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.

- a) Perempção.
- b) Litispendência.
- c) Convenção de arbitragem.
- d) Incapacidade da parte.
- e) Incompetência absoluta.

45. O juízo da causa foi arrolado como testemunha pela parte autora. Caso ele nada saiba sobre os fatos, deverá, segundo o Código de Processo Civil:

- a) Declarar-se suspeito.
- b) Declarar-se impedido.
- c) Indeferir o pleito, uma vez que o juízo da causa não pode, em hipótese alguma, ser testemunha.
- d) Indeferir o pleito e multar o autor por ato atentatório à dignidade da justiça.

- e) Mandar excluir o seu nome.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Rubens Maurício*

46. Acerca dos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que NÃO caracteriza dependente para fins previdenciários:

- a) Cônjuge divorciado que recebe pensão alimentícia.
- b) Filho inválido maior de 21 anos.
- c) Companheiro em união estável.
- d) Pai que não depende financeiramente do segurado.
- e) Filho não emancipado menor de 21 anos.

47. João, segurado do RGPS, sofreu um acidente do trabalho e ficou incapacitado para o trabalho temporariamente. Após alguns dias de afastamento, ele entrou com o pedido de auxílio por incapacidade temporária. Com base na legislação, podemos afirmar que o prazo mínimo de afastamento necessário para concessão desse benefício é

- a) 5 dias
- b) 15 dias
- c) 16 dias
- d) 30 dias
- e) Não há prazo mínimo

**48.** Cláudio é empregado de uma empresa multinacional sediada no São Paulo e recebe auxílio-alimentação nos termos da lei e vale-transporte, ambos pagos em dinheiro. Nos termos da legislação previdenciária e entendimento dos tribunais sobre o tema, podemos afirmar que

- a) não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre as rubricas mencionadas.
- b) somente incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do auxílio alimentação que superar um salário-mínimo.
- c) incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do vale transporte e do auxílio alimentação.
- d) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o vale transporte.
- e) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o auxílio alimentação.

**49.** Maria é mãe de três filhos e residente em uma comunidade de alta vulnerabilidade social. Ela busca atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para obter apoio. Diante da situação narrada, e nos termos da Lei 8.742/93, o CRAS pode oferecer à Maria o seguinte atendimento:

- a) Auxílio-reclusão para familiares de pessoas presas.
- b) Serviços de proteção social especial para vítimas de violência doméstica.
- c) Proteção social básica, incluindo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- d) Pagamento do benefício previdenciário para mães de baixa renda.
- e) prestação de serviços que demandem intervenções especializadas da proteção social especial.

**50.** Ana, trabalhadora de uma empresa privada, ficou sabendo que uma entidade beneficente que auxilia crianças carentes não recolhe contribuições para a seguridade social. Considerando a Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que:

- a) Todas as entidades beneficentes são automaticamente isentas.
- b) Todas as entidades beneficentes devem contribuir para a seguridade social.
- c) Apenas as entidades da área de saúde são dispensadas do recolhimento de contribuições para a Seguridade Social.
- d) A dispensa de recolhimento por parte da entidade depende de autorização judicial.
- e) A entidade beneficente de assistência social que comprove o cumprimento das exigências legais é dispensada de recolher contribuições para a Seguridade Social por expressa determinação constitucional.

## DIREITO DO TRABALHO

*Antônio Daud*

**51.** Considere que um empregado com salário de R\$ 2.500,00 teve seu contrato extinto por acordo com o empregador, após 3 anos de trabalho, tendo acumulado saldo de FGTS de R\$ 7.500,00. Qual o valor que o empregado deve receber a título de multa do FGTS nesse caso?

- a) R\$ 1.200,00
- b) R\$ 1.500,00
- c) R\$ 2.000,00
- d) R\$ 2.400,00
- e) R\$ 3.000,00

**52.** Considere um empregado, exposto permanentemente a substância inflamável, que receba mensalmente, diretamente do seu empregador, importe total de R\$ 3.400,00, composto por importância fixa de R\$ 3.000,00 e R\$ 400,00 a título de participações nos lucros da empresa. Suponha que o salário-mínimo é de R\$ 1.500,00. Qual é o valor do adicional de periculosidade que ele deve receber mensalmente?

- a) R\$ 700,00
- b) R\$ 800,00
- c) R\$ 450,00
- d) R\$ 900,00
- e) R\$ 1.020,00

**53.** Segundo dispõe a CLT, o acordo coletivo de trabalho (ACT) prevalece sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) modalidade de registro de jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, e troca do dia de feriado.
- b) sobreaviso, adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
- c) trabalho intermitente, teletrabalho, valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) participação nos lucros e resultados da empresa, sobreaviso, número de dias de férias e teletrabalho.
- e) sobreaviso, trabalho intermitente, regulamento empresarial e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

**54.** Considerando as regras expressas na CLT, marque a alternativa que menciona item que NÃO se reveste de natureza remuneratória ou salarial:

- a) comissões pagas mensalmente diretamente pelo empregador.
- b) gratificação legal.
- c) percentuais sobre vendas realizadas.
- d) auxílio-alimentação pago em espécie.
- e) assistência odontológica, prestada mediante seguro-saúde.

**55.** O(a) empregado(a) poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 5 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer.
- b) até 8 dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até 2 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 2 dias consecutivos, em caso de falecimento de tataravó.
- e) por até 3 semanas no caso de aborto.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO***Bruno Klippel*

**56.** Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

**57.** Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

**58.** Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

**59.** Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

**60.** Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
  - b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
  - c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
  - d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
  - e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigam o proponente.
-

## Estudo de Caso 1

João é um cidadão comum que reside em um apartamento em uma grande cidade. Ele possui uma empresa de tecnologia e trabalha frequentemente de casa, onde mantém equipamentos valiosos e dados sensíveis de seus clientes. Um dia, enquanto João estava fora em uma viagem de negócios, a polícia local recebeu uma denúncia anônima afirmando que João estaria utilizando seu apartamento para atividades ilegais relacionadas ao tráfico de drogas.

Com base na denúncia anônima, a polícia decidiu investigar a residência de João. Sem um mandado judicial, os policiais foram até o apartamento de João e, encontrando a porta trancada, decidiram arrombá-la para realizar a busca. Durante a invasão, a polícia não encontrou qualquer substância ilícita ou evidência de atividades ilegais. No entanto, os policiais danificaram diversos equipamentos de João e deixaram o apartamento em completa desordem.

Quando João retornou de sua viagem, ficou extremamente abalado ao encontrar seu apartamento arrombado e em desordem. Ele também descobriu que alguns dados confidenciais de seus clientes haviam sido comprometidos devido aos danos causados pela polícia aos seus equipamentos. Indignado, João decidiu acionar judicialmente o Estado, alegando violação de seu direito à inviolabilidade domiciliar, danos materiais e morais.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

[Correção de Redação](#)

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Estudo de Caso 2

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

[Correção de Redação](#)

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>